

# Editorial

*“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade.”*

Artigo 1º Declaração Universal dos Direitos do Homem

No dia 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral da ONU adotou e proclamou a Declaração dos Direitos Humanos. Desde 1950, o dia 10 de dezembro foi estabelecido como o dia internacional dos Direitos Humanos. Desde então o trabalho pelo reconhecimento e ampliação dos Direitos humanos têm sido uma constante em diversos setores da sociedade. A Universidade não está fora dessa luta que envolve pesquisa, aprofundamento de estudos e práticas que possam consolidar os direitos fundamentais de todos os seres humanos, no movimento do desenvolvimento da sociedade.

O papel da Universidade no desenvolvimento dos Direitos Humanos aponta para a necessidade da construção do pensamento de forma mais coletiva e sistêmica de maneira que a conquista dos direitos está atrelada ao desenvolvimento do ser humano na busca por seus direitos e na possibilidade de construções coletivas de forma a favorecer o potencial de humanidade

que existe em cada ser humano e na descoberta de alternativas de inclusão em todas as suas expressões.

Trabalhar com a ideia de possibilitar à comunidade acadêmica ampliar o entendimento dos direitos humanos não somente individuais, mas também sociais e de favorecer práticas que vislumbrem a mudança de cultura da sociedade que muitas vezes está centrada no individual, é compromisso da Universidade. As contribuições que a pesquisa e a extensão universitária têm dado para que cada vez mais possamos pensar o ser humano como ser biopsicossocial, é fundamental no processo de consolidação dos Direitos Humanos.

São sete os artigos publicados nessa edição que tem o foco na consolidação dos Direitos Humanos. Em **A mediação familiar e o acesso à justiça** aborda a mediação de conflitos familiares, no âmbito do poder judiciário, como forma de contribuição à

garantia de direitos, oportunizando as famílias soluções para os conflitos interpessoais e intrapessoais. O segundo artigo **Diagnóstico de anemias e parasitoses em crianças em situação de vulnerabilidade**, trata de aspectos gerais e diagnósticos das patologias apresentadas em crianças sujeitas à situação de risco social, percebendo, portanto, a necessidade de ampliação do atendimento das mesmas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Na trilha da Educação e Saúde, o terceiro artigo **Educação em saúde em uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal** discute a promoção de ações educativas na área de saúde bucal, higiene pessoal, prevenção de doenças e biossegurança no trabalho e frente às necessidades apresentadas pelos catadores de materiais recicláveis da cooperativa pesquisada, primando, portanto pela qualidade de vida dos mesmos. No próximo artigo desse bloco **Experiências em extensão acadêmica em restaurantes de coletividades** trata a temática da alimentação adequada como um Direito Humano, a partir das experiências assistidas em restaurantes de coletividade, que atendem diversos perfis de pessoas entre trabalhadores, estudantes, donas de casa, entre outros, com orientações a cerca do consumo de alimentos. No desenvolvimento do trabalho extensionista é necessário pensar o conceito e o que a comunidade acadêmica entende por comunidade, apresentamos o quinto artigo **O termo comunidade visto sob três vertentes: a teoria, a da extensão da UCB e a da Cooperativa Reciclo**, onde apresenta a percepções que se complementam para a melhor compreensão do termo comunidade. Na proposta de garantia dos Direitos Humanos nas diferentes fases da vida o sexto artigo traz o relato do **Projeto de extensão Vovôlei: uma proposta de intervenção a grupos de terceira idade**, onde retrata o atendimento aos idosos, assistidos por um grupo de estudantes do curso de educação física, trabalhando

aspectos de condicionamento físico e qualidade de vida, integração universidade-comunidade e competitividade saudável. Por fim, apresentamos o sétimo artigo intitulado **Relato de extensão em um núcleo de prática jurídica** que apresenta como acontece o acesso da população carente as práticas jurídicas. Os Núcleos de Práticas Jurídicas (NPJs) são facilitadores desse processo, pois apesar de conhecer a justiça muitas vezes essas pessoas não sabem lidar com as situações, notando-se, portanto, a necessidade de um trabalho conjunto entre direito e psicologia.

Assim, os artigos aqui publicados, são atos concretos de Direitos humanos conquistados e contribuições concretas para que a declaração universal dos Direitos Humanos possa ser cada vez mais universal.

Agradecemos às autoras e autores dos artigos aqui publicados pela importante contribuição para que o diálogo siga cumprindo o seu papel na conquista e consolidação dos direitos humanos.

Jorge Hamilton Sampaio  
Janete Cardoso dos Santos

*Editores*